POLÍTICAS PÚBLICAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UMA ANÁLISE DO APL DE CONFECÇÃO SUDOESTE DO PARANÁ

Policies and clusters: an analysis of the Clothing Cluster in Southwest of Paraná

> Marcos Junior Marini* Christian Luiz da Silva**

RESUMO

A importância do contexto local para o desenvolvimento tornou os arranjos produtivos locais em um foco para as políticas de desenvolvimento regional, como ocorreu no Estado do Paraná a partir de 2003. E este artigo busca avaliar o impacto destas políticas a partir da análise do APL de Confecção Sudoeste do Paraná. A investigação está classificada como um estudo de caso, com abordagem quanti-qualitativa a partir da base de dados da RAIS-MTE e relatórios técnicos. Os resultados indicam que o crescimento de empregos no APL ocorreu na mesma proporção deste setor no Estado, mantendo o quociente locacional. Ademais, a pesquisa identifica o perfil dos trabalhadores de confecção, os quais possuem características similares, com altos índices de prevalência no Estado do Paraná e no APL, o que pode auxiliar na formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Arranjos Produtivos Locais. APL de confecção. Sudoeste do Paraná. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

The importance of local context for developing became clusters a focus for regional development policies, as occurred in Parana state since 2003. Thus, this paper aimed to evaluate the impact of these policies, with a metodological analysis from Clothing Cluster located in Southwest of Paraná. This research is classified as a case study, with quantitative and qualitative approach through the database RAIS/TEM and technical reports. The results indicated that the job growth occurred in cluster in the same proportion of this sector in the state, keeping the location quotient. Furthermore, research has identified the profile of clothing workers, having similar characteristics with high prevalence rates in the state of Parana and cluster, which can assist in the formulation of policies.

Keywords: Policies. Clusters. Clothing cluster. Southwest of Paraná. Regional development.

Artigo recebido em ago./2011 e aceito para publicação em out./2011.

^{*} Analista de Sistemas, doutorando em Tecnologia na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - Campus Curitiba, membro do grupo de pesquisa Gestão Pública e Desenvolvimento, professor da UTFPR - Campus Pato Branco (PR). E-mail: marini@utfpr.edu.br

^{**} Economista, pós-doutor em Administração pela USP, professor do Programa de Pós-graduação em Tecnologia, coordenador do programa de pós-graduação em Planejamento e Governança Pública, líder do grupo de pesquisa em Gestão Pública e Desenvolvimento da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: christiansilva@utfpr.edu.br

INTRODUÇÃO

As discussões sobre o processo de desenvolvimento estão considerando cada vez mais a importância do contexto local. Na literatura são citados diversos fatores, como a globalização, os avanços da tecnologia e a reestruturação do sistema produtivo, observados principalmente nas últimas décadas do século XX, como principais elementos que contribuem para esta visão de desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 1998; BENKO, 1999).

Neste cenário complexo, a sociedade observa uma reestruturação espacial discutida nas teorias do desenvolvimento econômico endógeno. Como desenvolvimento endógeno, entende-se o processo de articulação dos atores ou agentes locais, atribuindo assim grande importância às forças produtivas locais e à concentração espacial de empresas (BENKO, 1999). Logo, "o aproveitamento das sinergias coletivas geradas pela participação em aglomerações produtivas locais efetivamente fortalece as chances de sobrevivência e crescimento, particularmente das MPEs" (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p.21).

Nesse sentido, a partir do final da década de 1990, políticas públicas de desenvolvimento regional vinculam-se a estratégias que buscam impulsionar o desenvolvimento por meio de aglomerações produtivas de empresas. No Brasil, o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), coordenado pelo Ministério da Integração Nacional e sua Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), demonstra explicitamente esta vinculação.

No Estado do Paraná, a partir de 2003 foram estruturadas ações para a superação das desigualdades regionais, com políticas de descentralização do desenvolvimento econômico e social paranaense (SILVA et al., 2009). Assim, buscou-se a promoção dos arranjos produtivos locais como alternativa para o fortalecimento das regiões paranaenses.

Diante do exposto, a problemática proposta para este artigo consiste em verificar se esta política de descentralização adotada pelo Estado do Paraná já possibilita visualizar alguns resultados socioeconômicos. O objetivo do artigo é avaliar indicadores sobre o impacto das políticas públicas de descentralização adotadas pelo Estado do Paraná, considerando o contexto do APL de Confecção do Sudoeste do Paraná, no espaço temporal entre 2003 e 2010.

Quanto ao desenvolvimento metodológico da pesquisa, os procedimentos técnicos adotados e o método de investigação possibilitam classificá-la como um estudo de caso. A abordagem do problema investigado e a interpretação dos dados caracterizam-se como uma análise quanti-qualitativa, a partir de fontes de dados secundárias, como a base de dados RAIS/MTE e relatórios técnicos estaduais.

O artigo está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. A seção seguinte apresenta uma discussão sintética sobre os arranjos produtivos locais. A terceira seção discute a relação entre políticas públicas e APLs, enfatizando as políticas do Estado do Paraná no período 2003-2010. Na sequência, o foco é

direcionado para os arranjos produtivos locais do setor de confecções. A quinta seção aborda especificamente o APL de Confecção do Sudoeste do Paraná, apresentando uma caracterização deste arranjo produtivo, bem como alguns indicadores socioeconômicos para compor os resultados da pesquisa. A última seção apresenta as considerações finais deste artigo.

1 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A literatura apresenta diversas experiências de aglomerações industriais de empresas, destacando-se entre os exemplos clássicos o complexo industrial de alta tecnologia do Vale do Silício, na Califórnia, os distritos industriais da Terceira Itália, os sistemas produtivos locais na França e na Alemanha, e as redes de empresas tecnológicas no Japão.

Com estas experiências, observa-se também na literatura uma diversidade de terminologias: distritos industriais, tecnopólos, *millieux innovateurs*, sistemas produtivos locais, sistemas locais de produção, *clusters*, arranjos produtivos locais. Porém, deve-se observar que nem toda concentração de empresas equivale a um *cluster*, pois estes não são apenas simples aglomerações de empresas ou cadeias produtivas (COSTA, 2010).

No Brasil, as discussões promovidas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) originaram a terminologia Arranjos Produtivos Locais (APLs), no final da década de 1990 (COSTA, 2010). Logo, são consideradas "aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes" (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p.27).

Similarmente, um arranjo produtivo local pode ser definido como "um aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades correlatas, estão localizados em um mesmo território e apresentam vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem" (IDENTIFICAÇÃO..., 2005b, p.58).

Para Silva et al. (2009), os arranjos produtivos locais são aglomerações formadas principalmente por micro e pequenas empresas, localizadas em uma região, atuando na produção e comercialização de produtos ou serviços. Os autores ainda destacam a importância da articulação com outros atores, como associações de classe, órgãos de fomento, entre outras instituições locais.

A partir da compilação destas definições, torna-se possível extrair algumas características comuns que estão presentes em um APL: são concentrações geográficas e setoriais de empresas; constituem-se basicamente por pequenas empresas; estão inseridas num tecido socioprodutivo com várias instituições de apoio, como universidades, centros de pesquisa, associações de classe, órgãos governamentais e instituições financeiras; possuem fortes vínculos interativos entre os agentes locais; apresentam laços de cooperação e aprendizagem, entre outras.

Nestas discussões, é importante observar também que o objetivo comum de um arranjo produtivo local é a busca pela eficiência coletiva, obtida com o somatório das externalidades (economias externas locais) e as ações conjuntas (junção de ações) dos agentes que compõem este arranjo produtivo (SCHMITZ, 1997).

As externalidades ou economias externas locais originam-se do ambiente em que as empresas estão instaladas, ou seja, são fatores locais, mas externos à empresa. Estas vantagens oriundas da aglomeração de empresas já foram mencionadas pelo economista Alfred Marshall, no final do século XIX, em seus estudos clássicos sobre os distritos industriais de cutelaria na Inglaterra (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002; SUZIGAN, 2006; COSTA, 2010).

Com relação às ações conjuntas ou junção de ações, é importante destacar que são muito importantes para o desenvolvimento do arranjo produtivo ou *cluster*, e assim, "os *clusters* têm maior capacidade de sobreviver aos choques e à instabilidade do meio ambiente do que as empresas isoladas, em virtude da ação em conjunto" (AMATO NETO, 2000, p.55).

Porém, as ações conjuntas e o compartilhamento de ações dependem basicamente da capacidade de articulação dos atores locais e, assim, do componente capital social instalado no território. Segundo Putnam, Leonardi e Nanetti (2005, p.177), "o capital social diz respeito à característica da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas". Logo, revela-se a importância do binômio confiança-cooperação para o sucesso do arranjo produtivo.

Nestas discussões, também deve ser considerado o componente governança local, caracterizado como o processo de coordenação das ações realizadas pelos diversos agentes do APL. Segundo Cassiolato e Szapiro (2003), a governança deve ocorrer por meio de práticas democráticas locais, envolvendo o conjunto de atores que formam os processos de decisão locais. Assim, a governança deve ser conduzida a partir de mecanismos focados no protagonismo local.

Considerando todas estas questões, observa-se que os APLs constituem uma rede complexa e heterogênea, com diferentes possibilidades de organização e estágios de desenvolvimento. Contudo, mesmo em suas formas mais incompletas, apresentando diferentes potenciais econômicos e sociais, os APLs geram impactos significativos sobre o emprego e a renda local (IDENTIFICAÇÃO..., 2006).

De acordo com uma metodologia proposta por Suzigan et al. (2004), a qual considera a participação do arranjo produtivo no emprego do setor, bem como sua importância para o desenvolvimento local, um APL pode ser classificado em quatro tipos básicos: Núcleo de Desenvolvimento Setorial/Regional (NDSR), Vetor de Desenvolvimento Local (VDL), Vetor Avançado (VA) e Embrião de arranjo produtivo (E). O quadro 1 possibilita uma melhor compreensão desta tipologia.

QUIDRO I III OLOGININI VIIII VIIII VIII VIII VIII VIII V								
TIPOLOGIA DE APLS		IMPORTÂNCIA PARA O SETOR						
		Reduzida (<20% empregos da classe no Estado)	Elevada (=20% empregos da classe no Estado)					
Importância	Elevada (QL = 5)	Vetor de desenvolvimento local (VDL)	Núcleo de desenvolvimento setorial/regional (NDSR)					
Local ou Regional	Reduzida (1 < QL < 5)	Embrião de arranjo produtivo (E)	Vetor avançado (VA)					

QUADRO 1 - TIPOLOGIA PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

FONTES: Adaptado de Suzigan (2006, p.25), IDENTIFICAÇÃO... (2005a, p.23)

Diante do exposto, evidencia-se a importância das políticas públicas para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, com a participação do Estado como agente de apoio. A próxima seção objetiva descrever esta relação.

2 A RELAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

As políticas públicas constituem ações, práticas, diretrizes e legislações implementadas pelo Estado para resolver questões da sociedade. Segundo Heidemann (2009, p.28), "decisões e ações de governo e de outros atores sociais constituem o que se conhece com o nome genérico de políticas públicas".

Adicionalmente, ressalta-se a importância do envolvimento dos diversos atores que formam o contexto de discussão da política pública; ou seja, a comunidade política não é apenas o governo e sua estrutura administrativa (HEIDEMANN, 2009). Logo, o desafio é formar coalizões políticas que possibilitem formatar políticas públicas capazes de promover tanto o desenvolvimento econômico como a inclusão social de grande parte da população (SOUZA, 2006).

Neste contexto, os arranjos produtivos locais, como foi mencionado na seção anterior, são constituídos basicamente por pequenas e médias empresas com foco no protagonismo local e apresentam-se como uma das possibilidades para as políticas de desenvolvimento econômico e social. Para Suzigan (2006, p.14),

pelo potencial que apresentam do ponto de vista de políticas de desenvolvimento local, ou mesmo regional, com elementos de políticas industriais, as aglomerações geográficas e setoriais de empresas vêm crescentemente sendo objeto de políticas públicas [...] as ações de políticas públicas visam melhorar as condições locais para o crescimento das empresas [...] sobretudo, aumento do emprego e da renda local ou regional.

Assim, principalmente a partir da década 1990, observam-se muitas iniciativas e políticas públicas que buscam apoiar as aglomerações produtivas territoriais, sustentadas por uma visão de que os APLs podem fortalecer o sistema socioprodutivo local ou regional. Esta visão é adotada por diversos países, como na Comunidade Europeia, a qual considera, desde 2006, os *clusters* como uma das nove prioridades estratégicas para a inovação e a competitividade (EUROPEAN COMMISSION, 2008).

No Brasil, políticas públicas para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais estão na agenda governamental desde 1999, com a inclusão desta temática no plano plurianual (PPA) referente ao período 2000-2003 (COSTA, 2010). Adicionalmente, a inclusão em 2003 dos APLs na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (BRASIL, 2003), bem como a institucionalização de um grupo de trabalho permanente, denominado GTP-APL, incluindo vários ministérios, órgãos de apoio e entidades representativas, demonstram a importância atribuída aos APLs pelas instâncias governamentais.

Nesta direção, destaca-se também a inclusão de iniciativas e ações para a promoção dos arranjos produtivos locais no PPA (2004-2007), bem como no PPA (2008-2011). É importante observar que o planejamento governamental de longo prazo, com um horizonte temporal até 2023, também adota estes mesmos encaminhamentos (COSTA, 2010).

Diante deste cenário, o governo federal articula suas ações por meio da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), a qual está vinculada ao Ministério da Integração Nacional, adotando uma política de descentralização que visa reduzir as desigualdades regionais e promover os diferentes potenciais do território nacional (BRASIL, 2011).

2.1 AS POLÍTICAS DE APOIO AOS APLS NO PARANÁ - 2003-2010

Em consonância com as políticas de desenvolvimento regional adotadas em nível federal, o Estado do Paraná também promoveu algumas iniciativas para apoiar os arranjos produtivos locais. A inclusão destas ações consta no plano plurianual (PPA 2004-2007) do Estado do Paraná, em seu Programa 11 (Desenvolvimento da Produção), explicitando a necessidade de a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL) promover o desenvolvimento de APLs no Estado (PARANÁ, 2006).

Nesta direção, em dezembro de 2004 foi firmado um acordo de cooperação entre o governo do Estado do Paraná, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE-PR), formalizando a intenção desta política estadual (SILVA et al., 2009).

Para a operacionalização destas ações, a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) coordenaram um projeto a partir de 2005, visando à identificação, caracterização e construção da tipologia dos APLs do Estado do Paraná, gerando diretrizes para as políticas estaduais de apoio aos APLs (IDENTIFICAÇÃO..., 2006).

Este projeto envolveu a realização de algumas etapas, inclusive pesquisas de campo realizadas nas diversas regiões paranaenses, seguindo a orientação metodológica proposta por Suzigan et al. (2004), a qual foi apresentada brevemente na seção 2 deste artigo. Como principais resultados, foram gerados vários relatórios e documentos, incluindo o mapeamento geográfico, possibilitando a identificação de 22 arranjos produtivos locais distribuídos pelas diversas regiões do Estado do Paraná (IDENTIFICAÇÃO..., 2006).

Os arranjos produtivos locais foram classificados em: Núcleo de Desenvolvimento Setorial e Regional (6 APLs), Vetor de Desenvolvimento Local (4 APLs), Vetor Avançado (6 APLs) e Embrião (6 APLs). A relação completa é apresentada no quadro 2.

QUADRO 2 - RELAÇÃO DE APLS MAPEADOS NO ESTADO DO PARANÁ

TIPOLOGIA	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
Núcleo de Desenvolvimento Setorial e Regional (NDSR)	 Confecção de Bonés - Apucarana Esquadrias e Madeira - União da Vitória Mandioca e Fécula - Paranavaí Metais Sanitários - Loanda Móveis - Arapongas Móveis de Metal (armazenagem/logística) - Ponta Grossa
Vetor de Desenvolvimento Local (VDL)	 Confecção - Cianorte Confecção - Sudoeste Malhas - Imbituva Móveis e Madeira - Rio Negro
Vetor Avançado (VA)	 Aparelhos, Equipamentos e Instrumentos Médicos, Odontológicos e Hospitalares - RMC^[1] Cal e Calcário - RMC Confecção - Maringá Louças e Porcelana - Campo Largo Software - Curitiba Software - Londrina
Embrião (E)	 Confecção - Moda Bebê - Terra Roxa Equipamentos e Implementos Agrícolas - Cascavel/Toledo Instrumentos Médico-Odontológicos - Campo Mourão Móveis - Sudoeste Software - Maringá Software - Pato Branco e Dois Vizinhos

FONTE: Adaptado de IDENTIFICAÇÃO... (2006, p.13)

É importante destacar que no ano de 2008 o IPARDES e a SEPL realizaram uma atualização para este estudo, com a aplicação dos mesmos procedimentos metodológicos, o qual validou a permanência dos 22 arranjos produtivos identificados no estudo anterior (IPARDES, 2009).

Outra iniciativa importante foi a criação da Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Rede APL Paraná), composta por instituições públicas e parapúblicas, objetivando articular as ações e promover os APLs paranaenses, por meio de políticas e programas de apoio (REDE APL PARANÁ, 2011).

Considerando o recorte metodológico adotado para este artigo, bem como o objetivo da pesquisa, a próxima seção tratará especificamente dos arranjos produtivos locais da área de confecções.

3 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE CONFECÇÃO

A indústria de confecções pertence à cadeia produtiva têxtil-vestuário, a qual é composta basicamente pelas etapas de fiação, tecelagem e malharia, acabamento têxtil e finalmente a confecção. A figura 1 apresenta um diagrama com a sequência deste processo produtivo.

A confecção é a última etapa da cadeia, assim está mais próxima do consumidor final, o que a torna mais conhecida. Para compor esta etapa de confecção, são realizadas basicamente as seguintes fases: desenho, confecção de moldes, gradeamento, encaixe, corte e costura (OLIVEIRA, 2008).



FIGURA 1 - PROCESSO PRODUTIVO DA CADEIA TÊXTIL-VESTUÁRIO

FONTE: Oliveira (2008, p.64)

Com relação à importância desta indústria para o país, deve-se destacar que o Brasil corresponde ao quinto maior produtor têxtil mundial, com uma produção média de 9,8 bilhões de peças anuais, gerando um faturamento de US\$52 bilhões em 2010, representando 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Ademais, este setor emprega 13,15% dos empregos da indústria de transformação nacional, com 1,7 milhões de trabalhadores (ABIT, 2011).

A Região Sudeste do Brasil apresenta a maior concentração produtiva do setor, com mais da metade da produção nacional, seguida pela Região Sul. A caracterização da indústria do vestuário brasileira revela que o setor possui uma grande quantidade de pequenas fábricas, porém, a maior parte da mão de obra está nas indústrias de porte médio. Ademais, observa-se nos últimos anos um considerável crescimento no número de fábricas consideradas pequenas. Estas informações podem ser vistas na figura 2.

No Estado do Paraná, "a microrregião de Maringá juntamente com a de Cianorte constituem os dois principais pólos de confecções do Estado" (IDENTIFICAÇÃO..., 2005b, p.18). Contudo, é necessário citar outras regiões paranaenses em que essa atividade econômica é importante para o desenvolvimento local ou regional, como o Sudoeste, e ainda a especialidade produtiva de bonés no município de Apucarana.

Número de Fábricas **Empregos Formais** 20.000 600.000 500.000 15.000 400.000 300.000 10.000 200.000 5.000 100.000 2005 2006 2007 2008 2009 2005 2006 2007 2008 2009 ■ Fábricas pequenas ■ Fábricas médias ■ Fábricas grandes Mão de obra Mão de obra Mão de obra (pequenas) (médias) (grandes)

FIGURA 2 - CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS DO SETOR DE VESTUÁRIO

FONTE: Adaptado de ABRAVEST (2011)

Como mencionado anteriormente, o Governo do Estado do Paraná promoveu um projeto a partir de 2005, buscando mapear os APLs paranaenses. Este estudo identificou seis arranjos produtivos locais para a indústria de confecção, no Estado do Paraná: confecção de bonés - Apucarana; confecção - Cianorte; confecção - Maringá; confecção - Sudoeste; malhas - Imbituva; confecção Moda Bebê - Terra Roxa. As principais características destes arranjos produtivos locais são apresentadas no quadro 3.

QUADRO 3 - CARACTERÍSTICAS DOS APLS DE CONFECÇÃO DO PARANÁ

APL	TIPOLOGIA (CLASSIFICAÇÃO)	FATORES CONSIDERADOS MAIS RELEVANTES	EMPREGOS FORMAIS (2008)
Confecção de Bonés Apucarana	Núcleo de Desenvolvimento Setorial e Regional	Governança localEspecialização de produto (bonés)Importância das MPMEs	7.285
Confecção Cianorte	Vetor de Desenvolvimento Local	 Governança local Especialização de produto (jeans e modinha) Modelo de comercialização inovador (ASAMODA) 	10.066
Confecção Sudoeste	Vetor de Desenvolvimento Local	Organização institucional/regionalAmbiente propício à cooperaçãoProtagonismo local	5.956
Malhas Imbituva	Vetor de Desenvolvimento Local	 Especialização de produto (malhas) Organização institucional local (IMBITUMALHAS) Aglomeração de MPMEsl/nível tecnológico relativamente homogêneo 	141
Confecção Maringá	Vetor Avançado	 Organização institucional/regional (SINDIVEST/VESTPAR) Várias classes industriais relacionadas Importância das MPMEs 	9.814
Confecção Moda Bebê Terra Roxa	Embrião	 Governança local Especialização de produto (bebê) Importância das MPMEs, com nível tecnológico relativamente homogêneo 	1.048

FONTES: Adaptado de IDENTIFICAÇÃO... (2005b, p.8), IPARDES (2009, p.14)

A partir dos apontamentos feitos, optou-se nesta pesquisa pelo estudo mais aprofundado do Arranjo Produtivo Local de Confecção do Sudoeste do Paraná, pois além da sua classificação como um Vetor de Desenvolvimento Local (VDL), apresenta como uma de suas principais características a sua organização institucional e regional. Assim, acredita-se que este APL pode ser considerado como um objeto de investigação propício para verificar a relação entre um arranjo produtivo local e o desenvolvimento da região em que o mesmo está inserido.

4 O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE CONFECÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ

Considerando as discussões apresentadas e o objetivo proposto para o artigo, esta seção destina-se especificamente à caracterização do APL de Confecção do Sudoeste do Paraná, evidenciando as ações e recursos previstos em seu plano de desenvolvimento, bem como à apresentação, análise e discussão de alguns indicadores socioeconômicos relativos ao APL e sua região de abrangência.

4.1 DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA, HISTÓRICO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO APL

Este APL está localizado na Mesorregião Sudoeste do Estado do Paraná, formada por 42 municípios em uma área de 16.975.515 km², fazendo fronteira ao sul com o Estado de Santa Catarina, e a oeste com a província de Misiones, pertencente à República da Argentina (SINVESPAR, 2006; AMSOP, 2011).

Todavia, deve-se ressaltar que a composição destes 42 municípios diverge da divisão geográfica adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois este não considera a microrregião de Palmas, composta pelos municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha e Palmas, como parte integrante da Mesorregião Sudoeste do Paraná.

Desta forma, o mapa apresentado na figura 3 mostra a localização geográfica e os municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná, contemplando a divisão territorial adotada pela Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), incluindo assim a microrregião de Palmas nesta delimitação.

É importante destacar também que a parte inferior da figura apresenta um detalhamento do mapa, com a localização destes 42 municípios do Sudoeste do Paraná. Complementarmente, estão destacados em cores, aqueles municípios que apresentam concentração produtiva no setor de confecções (SINVESPAR, 2006).

O Censo Demográfico 2010 identificou um total de 585.696 habitantes para estes 42 municípios (IBGE, 2011), comprovando que a região é composta por pequenos municípios, destacando-se neste indicador Francisco Beltrão, com 78.804 habitantes, e Pato Branco, com 72.260 habitantes.



FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

FONTES: Adaptado de IDENTIFICAÇÃO... (2005a); SINVESPAR (2006, p.9)

Com relação à formação histórica desta atividade econômica na região, observa-se que as primeiras unidades industriais surgiram em meados da década de 1970, como a pioneira Krindges, no município de Ampére, a Raffer Confecções, em Francisco Beltrão, e a Blazius & Blazius, em Santo Antônio do Sudoeste (SINVESPAR, 2006). Com o sucesso destes empreendimentos, esta atividade econômica difundiu-se pela região a partir do final da década de 1980. Outro marco importante foi a criação do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Sudoeste do Paraná (SINVESPAR), em junho de 1992 (IDENTIFICAÇÃO..., 2006).

Para a organização do setor na região, dois momentos merecem destaque. Em 2003, o SINVESPAR em conjunto com outros atores institucionais e empresas da região iniciou o projeto Pólo do Vestuário Moda Sudoeste, buscando desenvolver o setor de confecções na região, bem como o seu reconhecimento junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). No ano de 2005, o sindicato e outros parceiros institucionais formaram o Arranjo Produtivo Local Moda Sudoeste, o qual foi reconhecido no mesmo ano pela Rede APL Paraná, e em 2008 pelo Grupo de Trabalho Permanente (GTP-APL) em nível federal (SINVESPAR, 2011).

Este arranjo produtivo local possui em torno de 415 empresas, com predominância de produtos da linha moda masculina, *jeans* e modinha feminina. Estas empresas estão classificadas em: "53% microempresas, 39% pequenas e médias empresas, e 3% empresas de grande porte, utilizando como critério a receita operacional bruta das empresas" (SINVESPAR, 2006, p.7).

Quanto à comercialização dos produtos, a pesquisa de campo realizada pelo estudo SEPL/IPARDES, mencionado anteriormente neste artigo, identificou que 71% das vendas destinam-se para outros estados; 14,40% são comercializados na própria região do APL; 14,20% para outras regiões paranaenses; e apenas 0,4% correspondem a exportações (IDENTIFICAÇÃO..., 2006).

É oportuno destacar ainda que devido à importância da atividade econômica de confecções para a região do APL, observa-se também a presença de negócios complementares, como: "lavanderias industriais; distribuidores de tecidos e acessórios; representantes de máquinas e equipamentos industriais; prestadoras de serviços em bordado industrial, serigrafia e modelagem; empresas especializadas na prestação de serviços específicos e complementares" (SINVESPAR, 2006, p.5).

O arranjo produtivo também conta com um grande número de ativos institucionais, entre os quais: dez instituições de ensino superior; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Associação para Desenvolvimento Tecnológico e Industrial do Sudoeste do Paraná (SUDOTEC); Federação das Indústrias do Paraná (FIEP); Sindicato das Indústrias do Vestuário do Sudoeste do Paraná (SINVESPAR); Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); Prefeituras Municipais; Associações Comerciais; Agência Regional de Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná (IDENTIFICAÇÃO..., 2006).

A governança do APL ocorre por meio de um grupo gestor coordenado pelo Sindicato das Indústrias do Vestuário do Sudoeste do Paraná (SINVESPAR), com a participação de diversos agentes institucionais. Adicionalmente, foram criadas seis seções regionais, situadas em Francisco Beltrão, Pato Branco, Salto do Lontra, Ampére, Dois Vizinhos e Santo Antônio do Sudoeste (SINVESPAR, 2006).

A organização e a estrutura da governança deste arranjo produtivo local podem ser percebidas na elaboração do seu plano de desenvolvimento, o qual objetiva promover a competitividade deste APL, a partir da cooperação entre os diversos agentes institucionais. O grupo gestor ficou responsável pelo acompanhamento da evolução deste planejamento, com reuniões ordinárias mensais, "de modo que o conjunto das ações produza impactos visíveis para o desenvolvimento sócio-econômico regional" (SINVESPAR, 2006, p.40).

O plano de desenvolvimento do APL de Confecção do Sudoeste do Paraná foi aprovado pelo grupo gestor em 30 de março de 2006, com algumas ações realizadas a partir de 2005. Assim, este planejamento contempla 20 ações previstas para o período 2005-2010 (SINVESPAR, 2006). As ações foram estruturadas em quatro eixos: mercado e imagem (ação 1 até 5); gestão e formação (ação 6 até 13); ambiente, saúde, segurança e cidadania (ação 14 até 17); finanças e investimentos (ações 18 e 19). O plano contém ainda a ação Laboratório de Pesquisa & Desenvolvimento, aparecendo no início do segundo eixo, antes da ação 6, porém, não numerada. O quadro 4 apresenta este plano de ações.

QUADRO 4 - PLANO DE AÇÕES PREVISTAS PARA O APL - 2005-2010

continua

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	VALOR PREVISTO (R\$)	INSTITUIÇÕES E PARTICIPAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
1	Guia de produtos, serviços e fornecedores do Sudoeste	10.000	Empresas com marca própria (100%)	
2	Internacionalização das empresas	100.000	Empresas (50%) SINVESPAR (30%) SEBRAE (20%)	
3	Preparando as empresas para lançamento e comercialização de coleções	60.000	Empresas (70%) SINVESPAR (10%) SEBRAE (20%)	Workshops, prevendo R\$10.000,00 anuais
4	Promoção e divulgação do APL	100.000	Empresas (60%) SINVESPAR (30%) Prefeituras (10%)	
5	Promoção e divulgação das marcas do APL e de novos talentos	900.000	Empresas (20%) SINVESPAR (15%) FIEP (20%) SEBRAE (30%) Prefeituras (15%)	Seis edições do Sudoeste Mostra Moda, prevendo R\$ 150.000,00 anuais
	Laboratório de Pesquisa & Desenvolvimento	250.000	SENAI (30%) outras fontes (70%)	
6	Promoção e inserção do menor aprendiz no mercado de trabalho	5.000	SENAI (100%)	
7	Educação, qualificação e formação de colaboradores da moda	250.000	Empresários (20%) SENAI (20%) SINVESPAR (20%) SEBRAE (20%) RETEC (20%)	
8	Informações tecnológicas	25.000	SENAI (50%) SINVESPAR (30%) outros convênios (20%)	
9	Manual A a Z da moda	50.000	SINVESPAR (25%) SENAI (25%) SEBRAE (25%) Universidades (25%)	
10	Ensino pós-médio na rede pública	(1)	Governo do Estado do Paraná - Secretaria de Educação (SEED) (100%)	Ensino público estadual, nível pós- médio na área confeccionista
11	Capacitação em gestão empresarial	250.000	Empresas (50%) SEBRAE (30%) SINVESPAR (10%) Universidades (10%)	
12	Aprendizagem básica com qualidade	172.000	Prefeituras (50%) SENAI (20%) SINVESPAR (15%) Empresas (15%)	R\$ 80.000,00 em 2006 e R\$ 92.000,00 para 2007
13	Pesquisas de avaliação dos resultados do plano	5.000	SINVESPAR (33,3%) SENAI (33,3%) SEBRAE (33,3%)	

QUADRO 4 - PLANO DE AÇÕES PREVISTAS PARA O APL - 2005-2010

conclusão

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	VALOR PREVISTO (R\$)	INSTITUIÇÕES E PARTICIPAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
14	Gestão ambiental do APL Moda Masculina do Sudoeste	1.500.000	Prefeituras (13,33%) Outros parceiros/fontes (86,67%)	Prefeituras de Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste (R\$ 200.000,00)
15	A saúde da mulher está na moda	23.750	Prefeituras (50%) Empresas (30%) SESI (10%) Universidades (10%)	
16	Saúde e segurança no trabalho	15.000	Empresas (60%) SESI (40%)	
17	Formação de facilitadores ambientais	80.000	Sinvespar (50%) Prefeituras (30%) FIEP (10%) Órgãos Ambientais do Estado (10%)	
18	Linhas de crédito para o setor confeccionista	5.000	FIEP (100%)	
19	Centro de capacitação de mão de obra Fronteira do Mercosul	450.000	Prefeituras (25%) SENAI (3%) SINVESPAR (5%) órgãos de financ. e empresários (67%)	
VALOR T	OTAL PREVISTO	4.250.750		

FONTE: Adaptado de SINVESPAR (2006, p.26-39)

A partir do método de análise de conteúdo no documento Plano de Desenvolvimento do APL Confecção do Sudoeste do Paraná, bem como o cruzamento dos dados sintetizados no quadro 4, torna-se possível uma visualização do percentual de participação das instituições nos recursos financeiros previstos para este plano de ações. Estas informações podem ser vistas no gráfico 1.

13.1%

Outras fontes/convênios

Empresas

SINVESPAR

SEBRAE

SENAI/SESI

FIEP

Universidades

Prefeituras

Órgãos Ambientais do Estado

RETEC

Örgãos Financiamento/Empresários

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NOS RECURSOS PREVISTOS

FONTE: Elaboração dos autores, a partir das informações do quadro 4

O gráfico 1 revela uma importante participação nesta previsão de recursos, dos agentes SINVESPAR, SEBRAE, SENAI/SESI e FIEP. Os empresários também aparecem com parcela significativa de recursos próprios (13%), além da contrapartida

⁽¹⁾ Valor variável a ser definido.

dos órgãos de financiamento para a ação 19. Outra informação a destacar é a participação das prefeituras em sete ações (14%), com maior destinação pelas prefeituras de Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste na ação 14. É importante observar ainda que praticamente um terço dos recursos (35%) foram previstos para a obtenção com outras fontes e convênios.

Adicionalmente, a análise deste gráfico demonstra que dois agentes importantes para o desenvolvimento de um arranjo produtivo local – as universidades e o governo do Estado do Paraná – não aparecem explicitamente como provedores de recursos significativos para a implementação deste plano. Ademais, deve-se ressaltar que 85% das ações foram realizadas até o início de 2010, excetuando-se as ações 9 (participação das universidades) e 10 (participação do Estado na criação do ensino pós-médio na área confeccionista) (SINVESPAR, 2011).

Contudo, é importante ressaltar que as discussões acima objetivaram contribuir com a caracterização do papel e participação prevista para os principais agentes que formam este APL, exclusivamente no âmbito deste plano. Assim, não pertence ao escopo deste artigo um maior detalhamento sobre os recursos e as ações que foram efetivamente implementadas, como, por exemplo, os agentes que participaram do item outras fontes/convênios, além de outras ações complementares não previstas no plano. Logo, não é possível afirmar que agentes como o governo estadual não contribuíram com este APL no período em discussão.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Após a contextualização inicial do APL de Confecção do Sudoeste do Paraná, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos com o procedimento de coleta de dados, avaliando alguns resultados das políticas públicas de descentralização adotadas pelo governo paranaense em consonância com o governo federal, com um recorte a partir de indicadores socioeconômicos do APL em discussão, no espaço temporal 2003-2010.

Para a coleta de alguns indicadores econômicos e sociais, foi utilizada a base de dados disponibilizada pela Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-MTE). A análise e interpretação dos resultados basearam-se em uma abordagem quanti-qualitativa, estruturada em dois eixos principais: nível de emprego e perfil da mão de obra empregada (gênero, faixa etária, renda e nível de escolaridade dos trabalhadores).

4.2.1 Indicadores de emprego

A análise do nível de emprego envolverá inicialmente uma avaliação sobre os empregos formais registrados nos municípios da região do APL. Assim, é importante ressaltar que esta região engloba 42 municípios, como mencionado anteriormente, e que, destes, em torno de 281 possuem concentração produtiva na atividade econômica do APL (SINVESPAR, 2006).

Portanto, o recorte metodológico desta pesquisa considerou os 28 municípios que foram apresentados na figura 3: Ampére, Barracão, Bom Jesus do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Itapejara d'Oeste, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste.

Com relação à seleção das classes de atividades econômicas, optou-se pelas mesmas utilizadas pelo estudo do IPARDES (2009). Logo, os dados de 2003 foram compostos a partir das classes: 17507 - Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, por terceiros; 17698 - Fabricação de outros artigos têxteis, exceto vestuário; 17710 - Fabricação de tecidos de malha; 17795 - Fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malharias (tricotagens); 18112 - Confecção de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes; 18120 - Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes; 18139 - Confecção de roupas profissionais; 18210 - Fabricação de acessórios do vestuário.

Para os dados do ano de 2010, foram utilizadas as classes equivalentes na Classificação das Atividades Econômicas (CNAE 2.0), resultando no seguinte agrupamento: 13308 - Fabricação de tecidos de malha; 13405 - Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis; 13596 - Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente; 14118 - Confecção de roupas íntimas; 14126 - Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; 14134 - Confecção de roupas profissionais; 14142 - Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção; 14223 - Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias (IPARDES, 2009).

A tabela 1 apresenta um detalhamento sobre os indicadores de emprego nos municípios do APL e no Estado no Paraná, possibilitando uma comparação da atividade de confecção com as demais atividades no período 2003-2010. A última coluna registra a variação no número de empregos gerados no APL para a atividade de confecção no período em discussão.

A análise desta tabela demonstra que a região do APL manteve em torno de 10% da mão de obra empregada na atividade de confecções do Estado do Paraná, enquanto que no conjunto de empregos a região representou apenas 4% dos empregos paranaenses em 2010. Estes dados comprovam a importância desta atividade econômica para a região.

Considerando o número absoluto de empregos gerados para o período 2003-2010, o município de Santo Antônio do Sudoeste apresentou o maior crescimento, com 446 novos postos de trabalho. Em contraste, Palmas e Pato Branco reduziram o total de empregos nesta atividade econômica. Cabe ressaltar que Pato Branco apresentou em 2010 o maior número de empregos no total das atividades (23.233). Porém, Francisco Beltrão com um total de empregos similar (22.158)

gerou 313 novos empregos em confecções, mantendo a participação em torno de 4% desta atividade econômica no município.

TABELA 1 - COMPARAÇÃO DA VARIAÇÃO DE EMPREGOS - 2003 E 2010

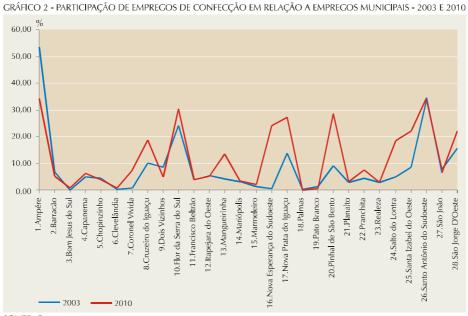
		31/12/2003			Empregos		
LOCALIZAÇÃO DOS DADOS	Atividades Confecção	Total das Atividades	% dos Empregos	Atividades Confecção	Total das Atividades	% dos Empregos	Gerados APL (2003- 2010)
1 Ampére	1.512	2.824	53,54	1.516	4.422	34,28	4
2 Barração	60	902	6,65	84	1.603	5,24	24
3 Bom Jesus do Sul	0	136	0,00	2	225	0,89	2
4 Capanema	121	2.398	5,05	230	3.673	6,26	109
5 Chopinzinho	90	2.039	4,41	119	3.038	3,92	29
6 Clevelândia	8	2.206	0,36	16	2.363	0,68	8
7 Coronel Vivida	19	2.378	0,80	262	3.428	7,64	243
8 Cruzeiro do Iguaçu	34	335	10,15	124	659	18,82	90
9 Dois Vizinhos	506	5.906	8,57	524	10.695	4,90	18
10 Flor da Serra do Sul	86	357	24,09	189	621	30,43	103
11 Francisco Beltrão	535	13.395	3,99	848	22.158	3,83	313
12 Itapejara do Oeste	58	1.078	5,38	101	1.957	5,16	43
13 Mangueirinha	71	1.658	4,28	360	2.656	13,55	289
14 Mariópolis	21	702	2,99	31	916	3,38	10
15 Marmeleiro	14	1.140	1,23	34	1.687	2,02	20
16 Nova Esperança do Sudoeste	2	340	0,59	159	658	24,16	15 <i>7</i>
17 Nova Prata do Iguaçu	100	723	13,83	427	1.573	27,15	327
18 Palmas	16	8.552	0,19	11	8.748	0,13	-5
19 Pato Branco	170	13.282	1,28	121	23.233	0,52	-49
20 Pinhal de São Bento	10	110	9,09	78	273	28,57	68
21 Planalto	27	905	2,98	38	1.265	3,00	11
22 Pranchita	32	706	4,53	69	904	7,63	37
23 Realeza	47	1.669	2,82	79	2.816	2,81	32
24 Salto do Lontra	52	1.029	5,05	347	1.892	18,34	295
25 Santa Izabel do Oeste	79	931	8,49	378	1.704	22,18	299
26 Santo Antônio do Sudoeste	676	2.006	33,70	1.122	3.260	34,42	446
27 São João	126	1.598	7,88	140	2.190	6,39	14
28 São Jorge d'Oeste	141	905	15,58	330	1.495	22,07	189
total na região do apl	4.613	70.210	6,57	7.739	110.112	7,03	3.126
estado do paraná	47.478	1.884.380	2,52	79.665	2.783.715	2,86	32.187

FONTE: Adaptado de MTE-RAIS

Ainda com relação à importância desta atividade econômica para os municípios da região Sudoeste do Paraná, observa-se 11 municípios em que a atividade de confecções empregou mais de 10% do total das atividades do município em 2010. Destacam-se Santo Antônio do Sudoeste (34,42%) e Ampére (34,28%).

Cabe ressaltar que o município de Ampére, maior empregador do setor na região, reduziu o percentual de participação desta atividade econômica em relação ao total de empregos municipais, mantendo em torno de 1.500 empregos neste setor e ampliando o emprego em outras atividades. Contudo, a tabela 1 também aponta que em 18 municípios ampliou-se o percentual de representatividade da atividade de confecção em relação aos empregos municipais. Estes dados podem

ser vistos no gráfico 2, com a linha em vermelho demonstrando a participação da confecção em 2010, em comparação com a linha azul, relativa ao ano de 2003.



FONTE: Os autores

Complementando esta análise sobre empregos, é interessante avaliar o Quociente Locacional (QL), usado para indicar a especialização produtiva da região para uma determinada classe de atividade econômica (SUZIGAN et al., 2004).

Como pode ser visto na fórmula da figura 4, este indicador compara o emprego de uma atividade econômica com o conjunto de atividades desenvolvidas na região em análise, relacionando estes valores com o nível estadual. Logo, quanto maior for o QL, maior é a especialidade produtiva local nesta atividade econômica.

FIGURA 4 - FÓRMULA PARA CÁLCULO DO QUOCIENTE LOCACIONAL (QL)

QL = [(empregos na atividade econômica na região / total de empregos nesta região) / (empregos na atividade econômica no Estado do Paraná / total de empregos no Estado do Paraná)]

FONTE: Adaptado de IDENTIFICAÇÃO (2005a, p.7)

A partir dos dados da tabela 1, o cálculo do QL para o APL de Confecção do Sudoeste do Paraná registrou pequena queda, passando de 2,61 no ano de 2003 para 2,46 em 2010. Porém, é importante destacar que a região do APL apresentou um aumento nos empregos da atividade de confecção (67,77%) praticamente idêntico aos empregos gerados por esta atividade econômica no Estado do Paraná (67,79%). Assim, deve-se perceber que a queda do QL ocorreu devido a um maior aumento no total de empregos na região do APL (56,83%) em relação ao aumento observado no total de empregos no Paraná (47,73%).

4.2.2 Indicadores da mão de obra empregada

Como segundo eixo de análise, propõe-se a interpretação de indicadores socioeconômicos referentes à mão de obra empregada, inicialmente com a caracterização do gênero e da faixa etária dos trabalhadores, em seguida com a análise de indicadores sobre a variação da renda e do nível de escolaridade.

A tabela 2 demonstra a grande participação feminina na atividade econômica de confecção, tanto em nível estadual como no APL. Os dados revelam que o APL Confecção Sudoeste do Paraná possuía em 2010 apenas em torno de um quinto da mão de obra empregada com trabalhadores do sexo masculino, enquanto o conjunto dos trabalhadores dos municípios selecionados para a região do APL possuía 55% de empregados do sexo masculino. Assim, revela-se a importância da atividade de confecções para o emprego da mão de obra feminina nos municípios desta região, representando em torno de 12,4% dos empregos totais do sexo feminino.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS POR GÊNERO - 2010

LININGERS ANALYSIS		ULINO	FEMI	TOTAL	
UNIVERSO ANALISADO	Abs.	%	Abs.	%	TOTAL
Trabalhadores de Confecção no Estado do Paraná	21.337	27	58.328	73	79.665
Trabalhadores do APL do Sudoeste	1.652	21	6.087	79	7.739
Trabalhadores - Geral Municípios APL	60.994	55	49.118	45	110.112

FONTE: Adaptado de MTE-RAIS

Com relação à faixa etária desses trabalhadores, a tabela 3 apresenta os percentuais por faixa, indicando a maior prevalência com o sombreamento das células em cor escura, e a cor cinza como segunda faixa mais prevalente. Assim, observa-se que o maior contingente empregado nas atividades de confecção correspondeu aos trabalhadores entre 18 e 24 anos, representando 28,66% em nível estadual e 32,36% no APL. Porém, considerando a média de todos os trabalhadores do Estado do Paraná, a prevalência deslocou-se para a faixa entre 30 e 39 anos, com 28,27% dos trabalhadores.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS POR FAIXA ETÁRIA - 2010

universo analisado		FAIXA ETÁRIA (%)							
		18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou Mais	TOTAL	
Trabalhadores de Confecção no Estado do Paraná	4,22	28,66	17,62	25,11	16,75	7,43	0,21	100,00	
Trabalhadores do APL Sudoeste	7,17	32,36	16,99	24,51	13,86	5,05	0,05	100,00	
Trabalhadores - Geral no Estado do Paraná	1,46	18,58	16,41	28,27	21,92	12,69	0,66	100,00	

FONTE: Adaptado de MTE-RAIS

A comparação dos trabalhadores de confecção do Estado do Paraná com os trabalhadores desta atividade no APL revela uma proximidade em quase todas as faixas. A maior divergência ocorreu na faixa até 17 anos, pois em 2010 o APL empregou em torno de 7,17% nesta faixa. Esses percentuais são bem maiores em

comparação com os trabalhadores gerais do Estado (apenas 1,46%), demonstrando que a atividade do APL é muito importante como política para o primeiro emprego.

Adicionalmente, a tabela 3 indica uma participação pequena dos trabalhadores com mais de 50 anos no setor de confecções. Apenas 5,1% dos trabalhadores estavam nesta faixa no APL de Confecção do Sudoeste, e 7,64% no conjunto de trabalhadores de confecção do Estado do Paraná. Porém, 13,35% dos trabalhadores paranaenses estavam na faixa superior a 50 anos em 2010.

Em síntese, a análise da tabela 3 possibilita identificar que 71,39% dos trabalhadores do setor de confecções do Estado do Paraná, em 2010, possuíam entre 18 e 39 anos. Similarmente, o APL de Confecção do Sudoeste do Paraná empregou 73,86% nestas faixas, revelando que esta atividade emprega pessoas mais jovens em comparação com a média do conjunto de atividades do Estado.

A tabela 4 apresenta dados sobre a renda dos trabalhadores, possibilitando uma análise comparativa em faixas de salários mínimos, entre 2003 e 2010, para quatro agrupamentos: trabalhadores APL Confecção do Sudoeste; todos os trabalhadores dos municípios selecionados para o APL; trabalhadores de confecção do Estado do Paraná; trabalhadores no geral do Estado do Paraná.

A partir da célula com sombreamento em cor escura, é possível observar que a faixa mais prevalente em todos os agrupamentos foi de 1,01 até 3 salários mínimos, tanto em 2003 como em 2010. Especificamente no APL Confecção Sudoeste do Paraná, 93,80% dos trabalhadores estavam nesta faixa de salários mínimos em 2003, com uma pequena redução para 85,83% em 2010. Em compensação, aumentou de 5,03% para 8,68% a faixa dos trabalhadores com rendimento de até 1 salário mínimo.

TABELA 4 - COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE RENDA - 2003 E 2010

	FAIXAS DE SALÁRIOS MÍNIMOS									
universo analisado	Até 1	1,01 até 3	3,01 até 5	5,01 até 7	7,01 até 10	Mais de 10,1	Ignorado	TOTAL		
2003					•					
Trabalhadores APL Sudoeste	232	4.327	35	10	3	3	3	4.613		
Trabalhadores Geral Município APL	4.407	53.751	7.678	1.966	1.177	1.105	126	70.210		
Trabalhadores Confecção no Estado PR	2.907	42.931	1.179	244	127	44	46	47.478		
Trabalhadores Geral no Estado PR	73.758	1.236.447	282.096	118.762	72.345	96.692	4.280	1.884.330		
2010										
Trabalhadores APL Sudoeste	672	6.642	73	6	7	0	339	7.739		
Trabalhadores Geral Município APL	7.842	87.800	8.152	2.256	1.164	838	2.060	110.112		
Trabalhadores Confecção no Estado PR	3.254	72.862	1.854	372	120	30	1.173	79.665		
Trabalhadores - Geral no Estado PR	106.152	2.002.639	346.707	121.105	75.690	89.721	41.701	2.783.715		

FONTE: Adaptado de MTE-RAIS

Em relação aos trabalhadores dos municípios selecionados para este APL, observou-se um deslocamento de 4% para rendas menores, considerando-se até 3 salários mínimos, passando de 82,84% nestas faixas, em 2003, para 86,86% em 2010.

Porém, 11,27% destes trabalhadores receberam mais de 3 salários em 2010, enquanto apenas 1,11% do APL estavam nestas faixas superiores. Estes dados podem ser vistos na tabela 5, além da significativa elevação na faixa "ignorado".

TABELA 5 - PERCENTUAL POR FAIXA DE SALÁRIOS MÍNIMOS - 2003 E 2010

LININ/EDGO ANIALIGADO	EM PERCENTUAL							
UNIVERSO ANALISADO	Até 1	1,01 até 3	3,01 até 5	> 5	Ignorado			
2003								
APL Sudoeste	5,03	93,80	0,76	0,35	0,07			
Geral Município APL	6,28	76,56	10,94	6,05	0,18			
Confecção no Estado do Paraná	6,12	90,42	2,48	0,87	0,10			
Geral no Estado do Paraná	3,91	65,62	14,97	15,27	0,23			
2010								
APL Sudoeste	8,68	85,83	0,94	0,17	4,38			
Geral Município APL	7,12	79,74	7,40	3,87	1,87			
Confecção no Estado do Paraná	4,08	91,46	2,33	0,66	1,47			
Geral no Estado do Paraná	3,81	71,94	12,45	10,29	1,50			

FONTE: Adaptado de MTE-RAIS

Ademais, uma comparação específica dos trabalhadores do APL com o conjunto de trabalhadores de confecção do Paraná demonstra uma proximidade nos níveis salariais em 2010, ainda que apresente percentuais superiores na média estadual. A exceção mais significativa é a faixa de até 1 salário mínimo, com 8,68% nos trabalhadores do APL, e apenas 4,08% na confecção do Estado do Paraná.

Os dados referentes ao nível de escolaridade são apresentados na tabela 6, possibilitando a comparação dos trabalhadores do APL com o conjunto dos trabalhadores de confecção do Estado do Paraná, e ainda com os trabalhadores dos municípios selecionados para a região deste APL. A célula com sombreamento indica o nível mais prevalente dentro de cada classe.

TABELA 6 - COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE - 2003 E 2010

		2003		2010			
UNIVERSO ANALISADO	Trabalhadores APL Sudoeste	Trabalhadores Municípios APL	Trabalhadores Confecção Paraná	Trabalhadores APL Sudoeste	Trabalhadores Municípios APL	Trabalhadores Confecção Paraná	
Analfabeto	7	406	39	9	394	182	
Até o 5º ano incompleto ensino fund.	225	3.558	2.868	109	3.380	1.594	
5º ano completo ensino fundamental	4.049	6.936	30.329	207	5.682	2.996	
Do 6º ao 9º ano incomp. ens. fund.	209	9.712	9.464	1.095	10.454	8.007	
Ensino fundamental completo	69	13.544	3.138	1.198	16.750	13.912	
Ensino médio incompleto	24	10.219	808	1.410	13.447	13.805	
Ensino médio completo	11	17.694	371	3.458	42.014	36.086	
Educação superior incompleta	10	2.678	244	124	4.812	1.454	
Educação superior completa	3	5.463	127	118	12.941	1.589	
Mestrado completo	3	0	34	6	184	30	
Doutorado completo	0	0	5	5	54	10	
TOTAL	4.613	70.210	47.478	7.739	110.112	79.665	

FONTE: Adaptado de MTE-RAIS

A análise destes dados indica que ocorreu uma elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores do APL Confecção Sudoeste do Paraná, pois 92,80% possuíam até o 5º ano completo do ensino fundamental em 2003, reduzindo para apenas 4,20% dos trabalhadores nesta faixa em 2010. É importante ressaltar que a média para os trabalhadores de confecção do Estado do Paraná também reduziu nesta faixa, passando de 70% para 5,99% em 2010.

A faixa com maior prevalência em 2010 para todas as classes de trabalhadores analisadas foi o ensino médio completo. Nesta, foi observada a maior evolução do nível de escolaridade para os trabalhadores do setor de confecções, tanto no conjunto do Estado do Paraná como entre os trabalhadores do APL Confecção do Sudoeste do Paraná. Em síntese, os trabalhadores do APL situados na faixa de ensino médio completo passaram de apenas 0,24%, em 2003, para 44,68% em 2010. Similarmente, os trabalhadores de confecção do Estado passaram de 0,78% para 45,30% em 2010.

Considerando um agrupamento formado a partir da educação superior, inclusive incompleta, e os respectivos níveis posteriores da tabela 6, a análise também revela uma melhoria tanto para os trabalhadores de confecção do Estado, passando de 0,86% em 2003 para 3,87% em 2010, como para os trabalhadores do APL, os quais passaram de 0,35% para 3,26% nestes níveis de escolaridade. Mesmo com a evolução percebida nestes níveis, uma análise em contraste com o conjunto de trabalhadores dos municípios selecionados para o APL em discussão demonstra o quanto estes valores estão baixos, pois estes últimos apresentaram 16,34% dos trabalhadores com estes níveis de escolaridade em 2010.

De forma geral, como observado acima, os trabalhadores do setor de confecção estavam em um nível de escolaridade muito próximo aos percentuais encontrados no conjunto de trabalhadores deste setor no Estado do Paraná, no ano de 2010, tanto no ensino médio completo como na educação superior. Para uma melhor caracterização do nível de escolaridade dos trabalhadores do APL Confecção Sudoeste do Paraná, o gráfico 3 apresenta os percentuais encontrados para cada nível de escolaridade, no ano de 2010.

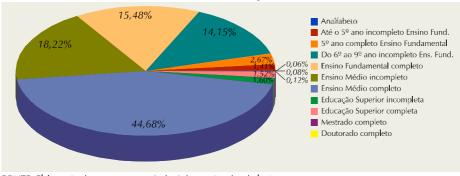


GRÁFICO 3 - NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DO APL DE CONFECÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ - 2010

FONTE: Elaboração dos autores, a partir das informações da tabela 6

Diante do exposto, é importante ressaltar a evolução percebida no nível de escolaridade dos trabalhadores deste APL no período em discussão, pois enquanto 99,35% dos trabalhadores possuíam níveis inferiores ao ensino médio completo em 2003, a análise dos dados revelou uma queda nestes níveis para 52,06% em 2010. Assim, quase a metade destes trabalhadores (47,94%) já possuía o ensino médio completo ou os níveis superiores no ano de 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas ampliaram-se as discussões sobre a importância do desenvolvimento local ou territorial, a partir da articulação sinérgica dos atores locais em torno de aglomerações industriais. Assim, os arranjos produtivos locais apresentam-se como uma das possibilidades para o processo de desenvolvimento, originando diversos mecanismos e incentivos para a promoção dos APLs.

O Estado do Paraná adotou esta perspectiva a partir de 2003, com iniciativas para a descentralização do desenvolvimento econômico e social e o fortalecimento dos APLs. Neste sentido, este artigo buscou avaliar indicadores sobre o impacto destas políticas públicas do Estado do Paraná, a partir do APL Confecção Sudoeste do Paraná, no espaço temporal 2003-2010.

Inicialmente, a análise documental do Plano de Desenvolvimento do APL Confecção do Sudoeste do Paraná revelou a participação de muitos agentes neste arranjo produtivo, destacando-se: SINVESPAR, SENAI/SESI, SEBRAE, FIEP, empresários e prefeituras municipais. Logo, as universidades e o governo do Estado do Paraná não são citados explicitamente como provedores de recursos significativos para a implementação deste plano de desenvolvimento.

A análise dos dados da pesquisa identificou que o APL manteve o crescimento no nível de empregos desta atividade econômica no Estado do Paraná, e assim continua representando em torno de 10% dos empregos estaduais. Foram analisados 28 municípios que apresentam maior concentração da atividade do APL no Sudoeste do Paraná, e, destes, 18 ampliaram a participação do setor de confecções na economia local. O Quociente Locacional (QL) manteve-se, ficando em torno de 2.46 em 2010.

Com relação à análise da mão de obra empregada, identificou-se uma grande participação feminina neste setor, tanto em nível estadual como na região do APL, com 79% dos trabalhadores do APL pertencendo a este gênero em 2010. A faixa etária prevalente entre os trabalhadores do APL em 2010 foi de 18-39 anos, com 73,86%, seguindo os índices estaduais dos trabalhadores de confecção.

A renda dos trabalhadores apresentou uma prevalência entre 1,01 e 3 salários mínimos em 2010, tanto para os trabalhadores do APL como para este setor no Paraná. A pesquisa identificou também uma proximidade nos níveis salariais dos trabalhadores do APL Confecção Sudoeste com o conjunto dos trabalhadores deste setor no Estado do Paraná.

O nível de escolaridade correspondeu ao indicador analisado que sofreu as maiores alterações no período em discussão, com uma grande elevação na faixa dos trabalhadores do APL Confecção do Sudoeste do Paraná, passando de 0,24%, em 2003, para 44,68% em 2010, no nível de ensino médio completo. Os dados indicaram também uma proximidade entre os índices estaduais do setor de confecções em comparação com os trabalhadores do APL.

Porém, ainda analisando este indicador, observou-se que apenas 3,26% dos trabalhadores do APL situavam-se no nível superior em 2010, considerando todos os níveis acima do ensino médio completo. Estes valores foram similares no setor de confecções do Estado, com 3,87% dos trabalhadores estaduais nesta condição. A comparação com o conjunto de trabalhadores dos municípios selecionados para a região do APL demonstra a grande lacuna nestes níveis superiores, pois 16,34% dos trabalhadores da região encontravam-se nestes níveis em 2010.

Em síntese, a pesquisa indicou que o perfil dos trabalhadores do setor de confecções, tanto no APL Sudoeste como no Estado do Paraná, apresentou características similares, com a seguinte prevalência no ano de 2010: trabalhadores do sexo feminino (>70%); faixa etária entre 18 e 39 anos (>70%); renda média de 1 até 3 salários mínimos (>85%); escolaridade no nível ensino médio completo (em torno de 45%).

É importante ressaltar que estes dados podem ajudar na formulação de políticas públicas, pois apresentam características comuns com altos índices de prevalência. Assim, é possível afirmar que esta pesquisa atendeu aos objetivos propostos, a partir principalmente de uma análise baseada em indicadores socioeconômicos do APL Confecção Sudoeste do Paraná.

Nesta direção, recomenda-se para trabalhos futuros a continuidade desta investigação, com a realização de outros estudos de caso envolvendo os demais APLs do Estado, aplicando os mesmos procedimentos metodológicos e categorias de análise. Desta forma, será possível formar um quadro comparativo para avaliar o impacto das políticas públicas de promoção dos APLs e sua relação com o desenvolvimento regional no Estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. **Dados gerais do setor atualizados em 2011**. Disponível em: http://www.abit.org.br>. Acesso em: 07 ago. 2011.

ABRAVEST - Associação Brasileira do Vestuário. **Dados da indústria do vestuário**. Disponível em: http://www.abravest.org.br. Acesso em: 09 ago. 2011.

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Fortaleza: BNB, 1998.

AMATO NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**: oportunidades para as pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2000.

AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná. **Banco de Dados do Sudoeste do Paraná**. Disponível em: http://www.amsop.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2011.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR)**. Disponível em: http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional>. Acesso em: 10 ago. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Diretrizes** da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE 2003. Disponível em: http://www.inovacao.unicamp.br/politicact/diretrizes-pi-031212.pdf. Acesso em: 10 ago. 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais** – RAIS / Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho - PDET. Disponível em: http://www.mte.gov.br/pdet>. Acesso em: 25 jul. 2011.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

COSTA, E. J. M. Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

EUROPEAN COMMISSION. **Towards world-class clusters in the European Union**: Implementing the broad-based innovation strategy: communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Luxembourg: Office for Official Publications of the Eropean Communities, 2008.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. **Economia espacial**: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. São Paulo: Futura, 2002.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Ed. da UNB, 2009.

IBGE. **Resultados divulgados no Diário Oficial da União em 4.11.2010.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/default-resultados-dou.shtm. Acesso em: 10 ago. 2011.

IDENTIFICAÇÃO, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná: etapa 1 - Identificação, mapeamento e construção da tipologia das aglomerações produtivas. Curitiba: IPARDES, 2005a. Elaboração IPARDES e SEPL.

IDENTIFICAÇÃO, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná: etapa 3 – Caracterização estrutural preliminar dos APLs pré-selecionados e notas metodológicas para os estudos de caso. Curitiba: IPARDES, 2005b. Elaboração IPARDES e SEPL.

IDENTIFICAÇÃO, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná: diretrizes para políticas de apoio aos arranjos produtivos locais. Curitiba: IPARDES, 2006. Elaboração IPARDES e SEPL.

IPARDES. **Identificação e mapeamento das aglomerações produtivas do Estado do Paraná**: uma atualização para o ano de 2008. Curitiba, 2009.

OLIVEIRA, M. F. de. **Aprendizagem e inovação nas pequenas empresas**: um estudo multicasos no arranjo produtivo local do setor do vestuário de Cianorte (PR). 2008. Tese (Doutorado) - Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Plano Plurianual** – **PPA**: subsídios para a elaboração do PPA 2008-20011. Curitiba: SEPL, 2006.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

REDE APL PARANÁ. Disponível em: http://www.redeapl.pr.gov.br. Acesso em: 28 jun. 2011.

SCHMITZ, H. Collective efficiency and increasing returns. **IDS Working Paper 50**, Bringhton: Institute of Development Studies, University of Sussex, Mar. 1997.

SILVA, C. L. da et al. Políticas de desenvolvimento e descentralização do Paraná: um estudo sobre APL Cal e Calcário da RMC. **Informe Gepec**, Toledo: UNIOESTE, v.13, n.2, p.104-120, jul./dez. 2009.

SINVESPAR. **Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Confecção Moda Sudoeste**, abr. 2006. Disponível em: http://sinvespar.com.br/Download/ Indicadores/planodesenvaplconfeccao%20modasudoeste.pdf>.

SINVESPAR. Sindicato das Indústrias do Vestuário do Sudoeste do Paraná. [**Site institucional**]. Disponível em: http://www.sinvespar.com.br. Acesso em: 08 ago. 2011.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre: UFRGS, ano 8, n.16, p.20-45, jul./dez 2006.

SUZIGAN, W. (Coord.). **Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil**. Brasília: IPEA/DISET, 2006. Relatório Consolidado.

SUZIGAN, W. et al. Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Centro de Economia Política, v.24, n.4 (96), p.543-561, out./dez. 2004.